

**Evento:** XXV Jornada de Pesquisa  
**ODS:** 4 - Educação de qualidade

## **A TRAJETÓRIA DO ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO BRASILEIRO<sup>1</sup>**

### **THE TRAJECTORY OF ART TEACHING IN BASIC EDUCATION IN THE BRAZILIAN CONTEXT**

**Marcia Ines Hartmann<sup>2</sup>, Eva Teresinha de Oliveira Boff<sup>3</sup>, Vidica Bianchi<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida em disciplina do Programa de Pós Graduação em Educação nas Ciências/PPGEC

<sup>2</sup> Professora da rede municipal de Santa Rosa, aluna eventual do Programa de Pós Graduação em Educação nas Ciências. marcihartmann@ymail.com

<sup>3</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do DCVida do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. evaboff@unijui.edu.br

<sup>4</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do DCVida do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências e do Programa de Mestrado em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade da Unijui. vidica.bianchi@unijui.edu.br

#### **Resumo**

O presente trabalho leva em conta os desafios e embates acerca das políticas educacionais, bem como as dificuldades do reconhecimento da Arte como área do conhecimento. O objetivo é analisar a trajetória evolutiva e reflexiva do ensino de Arte em escolas de Educação Básica brasileira considerando os desafios e embates acerca das políticas educacionais. Descreve sobre os desafios de sua inserção curricular e permanência nas instituições escolares, atenta para sua importância na evolução da experiência escolar e de suas contribuições nas relações sociais. Apresenta um mapeamento de produções científicas que vem sendo divulgadas sobre a temática. Foram analisadas as produções científicas disponíveis nos periódicos do portal Capes e nas bases de dados Scielo, publicadas no período de 2004 a 2019 com a utilização dos descritores “Arte e Currículo”. Compuseram o corpus da pesquisa 8 artigos, com base em estudos apoiados no referencial histórico cultural de Goodson(2012) e Arroyo (2013). Os artigos analisados mostram que existem estudos sobre o ensino da Arte e sua trajetória na Educação Básica, mas que ainda se faz necessário uma busca mais ampla pelo seu fortalecimento a nível de ensino básico.

Palavras-chave: Ensino de Arte, Reformas Curriculares, Base Nacional Comum Curricular

#### **Abstract**

The present work consider the Challenges on the evolutionary and reflective trajectory of teaching Art in Basic Education schools in Brazil, considering the challenges and clashes about educational political, as well as the difficulties in recognizing Art as an area of knowledge. It describes the challenges of its curricular insertion and permanence in school institutions, paying attention to its importance in the evolution of the school experience and its contributions in social relations. It presents a mapping of scientific productions whose objective was to identify and analyze what has been investigated on the theme of Art and its trajectory in the teaching of basic education in Brazil.

The scientific productions available in the Capes portal journals and in the Scielo databases were analyzed, published between 2010 and 2020 using the descriptors “Arte e Currículo + BNCC”. The corpus of the research comprised 8 articles, based on studies based on the cultural historical framework of Ivor Goodson (2012). The analyzed articles show that there are studies on the teaching

**Evento:** XXV Jornada de Pesquisa

**ODS:** 4 - Educação de qualidade

of Art and its trajectory in Basic Education, but that a broader search for its strengthening at the level of education is still necessary.

Keyword: Art Teaching, Curricular Reforms, Common National Curriculum Base

## Introdução

Neste texto apresentamos um mapeamento de produções científicas, com o objetivo de analisar sobre a trajetória evolutiva e reflexiva do ensino de Arte em escolas de Educação Básica do Brasil. O ensino da Arte e sua trajetória na Educação básica no contexto brasileiro, vem sendo um tema de relevância que necessita ser melhor investigado no campo da educação (BRASIL,1971; BRASIL,1996;1997;1998; 2008; 2016; 2018;2020).

O ensino da arte esteve presente no currículo escolar desde o século XIX, com diferentes características de acordo com o contexto político e social de cada época. Segundo Barbosa (2010), o ensino da arte ganhou espaço na educação devido ao ensino de Desenho que era trabalhado nas escolas, destinado especialmente às camadas populares, como forma de preparar mão de obra especializada para o exercício profissional. A autora (2008), considera a memória e a história elementos indispensáveis para a consciência política do educador no processo de ensino/aprendizagem de Arte e traz importantes contribuições para entendermos a trajetória histórica da Arte na Educação.

Suas análises reforçam para pensar de forma crítica o passado, avaliar o presente e projetar o futuro do ensino/aprendizagem da Arte que queremos.

Os currículos iniciais nas escolas do Antigo Egito, da Suméria, da Grécia tinham como eixo central a escrita, a matemática e as artes. Da escrita ensinava-se a leitura a todos, mas o ato de escrever, propriamente dito, ficava reservado às classes sociais economicamente favorecidas. Minorias que chegavam até a escola permaneciam três anos para aprender somente a ler, enquanto as crianças das classes dominantes continuavam para aprender a escrever. Escravos que acompanhavam os filhos dos senhores à escola, aprendiam a ler para ajuda-los nos deveres de casa. Na Roma Antiga, estes escravos eram chamados de pedagogos.

As Artes fizeram parte dos currículos, em várias civilizações em momentos históricos distintos. Na verdade, a música sempre foi um componente curricular importante, acompanhada pela literatura. As artes visuais, a geometria, o desenho foram componentes que atravessaram os milênios. Na Grécia Antiga, por exemplo, a música era um componente curricular tão importante como a leitura e a literatura. Na Idade Média também se verifica esta presença. Mesmo no século XX, desenho artístico, desenho geométrico, música, canto orfeônico, solfejo faziam parte dos currículos de escolas públicas, inclusive no Brasil.

Um estudo cuidadoso da história do currículo na escola ao longo dos milênios revela que quando falamos em formação humana, em incluir a cultura na escola não estamos falando em algo totalmente novo no processo de escolarização. O avanço nas várias áreas de conhecimento que estudam o ser humano em toda sua complexidade, é que nos traz hoje outra dimensão para o ensino e a aprendizagem. O conhecimento torna-se não somente uma aquisição individual, mas uma das possibilidades de desenvolvimento da pessoa que terá reflexos na vida em sociedade. Formar a

**Evento:** XXV Jornada de Pesquisa

**ODS:** 4 - Educação de qualidade

pessoa para situar-se, inclusive, como membro de um grupo passa a ser, também, um objetivo de uma educação escolar voltada para a humanização.

A partir de sua ação e interação com o mundo, a natureza, as pessoas, os objetos e das práticas culturais, a criança constitui o que chamamos de função simbólica, ou seja, a possibilidade de representar por símbolos o que ela vivencia no real. O desenvolvimento da função simbólica no ser humano é de extrema importância, uma vez que é por meio do exercício desta função que o ser humano pode construir significados e acumular conhecimentos.

Todo ensino na escola, de qualquer área do conhecimento, implica na utilização da função simbólica. As atividades que concorrem para esta formação variam conforme o período de desenvolvimento. A função simbólica é a atividade mais básica das ações que acontecem na escola, quando os elementos do currículo não mobilizam adequadamente o exercício desta função, a aprendizagem não se efetua.

Nesta dimensão do simbólico, as artes destacam-se, pois são elas as formas mais complexas de atividade simbólica humana. Anteriormente aos conhecimentos formais, elas propiciaram a estruturação dos movimentos e das imagens de forma que eles pudessem evoluir culturalmente para sistemas de registros.

Considerando a importância que a disciplina de Arte tem sobre o ensino e a aprendizagem no contexto escolar, realizamos um mapeamento dos artigos científicos publicados no Portal de Periódicos da Capes e nas bases de dados Scielo no período de 2004 a 2019. A questão central norteadora da pesquisa foi: Quais os desafios e embates acerca das políticas educacionais podem ser identificados nas produções científicas do período de 2004 a 2019?

## Metodologia

A pesquisa é qualitativa do tipo revisão sistemática. Fizemos o mapeamento das produções científicas disponíveis nos periódicos do portal da Capes e nas bases de dados Scielo no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2019. Utilizamos para a busca os descritores “Arte e Currículo”.

No Portal de Periódicos da Capes, com o termo “Arte e Currículo”, encontramos 57 resultados. Como estes traziam em seu conteúdo várias áreas de linguagens do conhecimento, optamos por refinar a busca com a inclusão do termo “BNCC”, obtendo, para estes descritores, 18 resultados, já com a delimitação do período de 2004 a 2019 e revisados por pares. Obtivemos 17 artigos e um livro. Destes 17 artigos selecionamos e lemos na íntegra 8 artigos, que traziam em seu contexto uma ligação direta com o tema proposto para o estudo.

Quanto à busca na base de dados Scielo com o termo “Arte e Currículo”, encontramos 54 resultados, ao refinar a pesquisa, com a adição da palavra “BNCC”, o resultado foi zero artigos. Então retornamos aos primeiros termos para realizarmos a leitura do que tínhamos. Destes 54 artigos apenas 1 artigo era o mesmo encontrado no Portal de Periódicos da Capes. Desse modo restaram 53 para serem lidos e analisados, porém todos estavam voltados a área da saúde e não tinham uma ligação direta com o tema aqui proposto. Ao total compuseram o corpus da pesquisa, 8 artigos científicos.

Quadro 01: Mapeamento de pesquisas, no período de 2004 a 2019, no Portal de periódicos da Capes.

**Evento:** XXV Jornada de Pesquisa  
**ODS:** 4 - Educação de qualidade

Descritores	Livro	Artigos	Total
Arte e currículo AND Goodson	1	17	18
Arte e BNCC AND Goodson	1	9	10
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>28</b>

Quadro 02: Mapeamento de pesquisas, no período de 2004 a 2019, no Portal Scielo.

Descritores	Livros	Artigos	Total
Arte e currículo AND Goodson	0	54	54
Arte e BNCC AND Goodson	0	0	0

Os dados apresentados nos quadros 01 e 02 indicam um total de 72 pesquisas, sendo que 18 foram encontradas no Portal de periódicos da Capes e 54 pesquisas foram encontradas no Portal Scielo. Nesse processo de busca identificamos que algumas dessas pesquisas acabaram se repetindo. Na sequência desse processo, as pesquisas foram colocadas em arquivos e a partir da leitura destas, foi organizado o Quadro 03, apresentado na sequência, considerando os referidos estudos.

Quadro 03: Delineamento das pesquisas

Evento: XXV Jornada de Pesquisa  
ODS: 4 - Educação de qualidade

Nº	Pesquisa	Autor	Grau
1	Sobre tempos e lugares da arte no currículo escolar brasileiro.	Rodrigues 2013	T
2	Políticas de avaliação na educação básica e seus desdobramentos na disciplina de arte.	Pillotto e Voigt 2016	T
3	Questões atuais do ensino de Arte no Brasil: o lugar da Arte na Base Nacional Comum Curricular.	Peres 2017	T
4	Arte no ensino fundamental: corpo(reidade), currículo fragmentado, polivalência e equipe multiartística.	Damiano e Moreira 2011	T
5	História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões.	Júnior e Galvão 2005	T
6	O portfólio: narrativas e trajetórias de aprendizagens em Arte na educação básica.	Pillotto e Silva 2013	T
7	Docência em Arte no contexto da BNCC: é preciso reinventar o ensino/aprendizagem em Arte?	Pimentel e Magalhães 2018	T
8	Os desafios da arte nos currículos das escolas de educação básica: pertencimentos.	Carvalho 2017	T

A partir desses 8 artigos, selecionamos e trabalhamos especificamente com eles por conterem em sua estruturação o tema relevante em nosso estudo.

Também procuramos dar ênfase nas escritas baseadas no escritor Ivor Goodson pelo seu caráter descritivo voltado a relação entre currículo e sociedade, e seu interesse na história humana, por trás da evolução das disciplinas escolares. O trabalho de Goodson analisa a maneira como o currículo é socialmente construído e promove o campo da história do currículo. E nesta mesma linha de pensamento indo além de seus conhecimentos experienciais em educação, o educador e pesquisador Arroyo, que analisa o currículo de forma crítica, enquanto um campo político em disputa vai se formando, no qual suas estruturas e ordenamentos são objeto de indagações mais do que veículo em movimento.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa  
ODS: 4 - Educação de qualidade

## ANALISE DESCRITIVA DOS ARTIGOS

Apresentamos neste item os resultados obtidos da análise dos 8 artigos que compuseram o corpus da pesquisa, posto que somente estes tiveram relação direta com o tema de estudo. A partir da análise do corpus da pesquisa emergiram três categorias: a história e os desafios em relação a escola e o ensino da arte; a dialogicidade entre arte e currículo; as legislações que regulamentam o ensino da arte no Brasil.

Quadro 04: Síntese dos trabalhos encontrados nos periódicos representados por categorias de análise

N	Artigo	Autor	Publicação/ Período	Categoria de análise
1	História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões.	JÚNIOR, M.S. e GALVÃO, A.M.O.	Revista Educação e Pesquisa, 2005.	A história e os desafios em relação a escola e o ensino da arte.
2	O portfólio: narrativas e trajetórias de aprendizagens em Arte na educação básica.	PILLOTTO, S.S.D., e SILVA, C.C.	Revista de Letras, Arte e Comunicações, 2013.	
3	Os desafios da arte nos currículos das escolas de educação básica: pertencimentos.	CARVALHO, Dirce Helena.	Revista Rascunhos, 2017.	A dialogicidade entre arte e currículo.
4	Sobre tempos e lugares da arte no currículo escolar brasileiro.	RÓDRIGUES, Carla Cunha.	Revista Espaço do currículo, 2013.	
5	Arte no ensino fundamental: corpo(reidade), currículo fragmentado, polivalência e equipe multiartística.	DAMIANO, G.A e MOREIRA, T.	Revista Lusófona de Educação, 2011.	
6	Docência em Arte no contexto da BNCC: é preciso reinventar o ensino/aprendizagem em Arte?	PIMENTEL, L.G., e MAGALHÃES, A.D.T.V.	Revista GEARTE, 2018.	As legislações que regulamentam o ensino da arte no Brasil.
7	Políticas de avaliação na educação básica e seus desdobramentos na disciplina de arte.	PILLOTTO, S.S.D. e VOIGT, J.M.R.	Revista Práxis Educativa, 2016.	
8	Questões atuais do ensino de Arte no Brasil: o lugar da Arte na Base Nacional Comum Curricular.	PERES, José Roberto Pereira.	Revista departamentos de desenhos e artes visuais, 2017.	

Podemos observar, no Quadro 04, que os trabalhos encontrados nos periódicos representaram um equilíbrio entre as categorias de análise, tendo como referência à historicidade encontrada com maior ênfase em dois artigos. Já o contexto curricular esteve presente em três artigos.

**Evento:** XXV Jornada de Pesquisa

**ODS:** 4 - Educação de qualidade

Na categoria legislação e regulamentação foram encontrados destaques maiores em três artigos, apesar de terem sido mencionados nos demais artigos. Observou-se que houve uma linha norteadora entre as três categorias tornando a leitura e a ideia descrita pelos autores muito próxima uma da outra.

A seguir apresentamos a descrição das três categorias de análise emergentes do corpus da pesquisa:

No Brasil de hoje, o principal desafio é melhorar a qualidade da educação de nossos alunos. Todo currículo tem como referência primeira as finalidades da educação, consensuadas pela sociedade. No caso do Brasil, essas finalidades estão expressas na LDB e nos instrumentos normativos que a complementam. Para cumpri-las, recortam-se os conteúdos e estabelecem-se as expectativas de aprendizagem, publicizando o espaço para construir o consenso sobre a educação que vamos oferecer aos alunos.

As profundas mudanças ocorridas no mundo após a segunda guerra mundial provocaram rupturas e revisões das bases democráticas da educação. A partir da segunda metade do século 20, os currículos nacionais passam por sucessivas reorganizações. Com base nos estudos das teorias de currículo e de ensino e aprendizagem nas áreas de Educação e Arte, encontramos valiosas contribuições de autores que discutem a temática centrada para tramas conduzidas nas disputas e preferências curriculares como reflexo de poder. Nesse sentido, para que possamos entender a dinâmica das reformas curriculares em um momento histórico conturbado por políticas públicas partidárias, faz-se necessário refletir a trajetória histórica da área para entender as orientações pedagógicas de cada época.

Na pesquisa de Peres (2017), segundo Barbosa (2010), o ensino de Arte esteve presente no currículo escolar desde o século XIX, com diferentes características de acordo com o contexto político e social de cada época. A autora aponta, ainda, que o ensino de Arte ganhou espaço na educação devido ao ensino de Desenho que era trabalhado nas escolas, destinadas especialmente às camadas populares, como forma de preparar mão de obra especializada para o exercício profissional.

A primeira lei que garante a obrigatoriedade do ensino de Arte, em suas diversas linguagens, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1º e 2º Grau 5.692/71, conhecida como a lei educacional da Ditadura Militar. Apesar do avanço de ter sido garantido em lei a obrigatoriedade do ensino de Arte no currículo escolar, democratizando o acesso ao seu ensino, houve também uma tentativa de esvaziar o ensino dessa área do seu teor crítico e reflexivo. A LDB 5.692/71 não instituiu a obrigatoriedade da formação de professores específicos para lecionar a atividade de Educação Artística na escola, pelo contrário, deixou brechas para que o ensino fosse ministrado por profissional de qualquer área. Essa medida enfraqueceu a “comunidade disciplinar”, contribuindo para a descaracterização da disciplina, acentuando o estigma da arte como acessório, que serve apenas para decoração do espaço escolar, especialmente na produção de lembrancinhas para as datas comemorativas. De acordo com Silva (2004), a descaracterização da arte tinha como finalidade “despolitizar” ou “repolitizar”, direcionando o ensino ao patriotismo e ao nacionalismo, desconfigurando todas as experiências artísticas desenvolvidas na sociedade.

Para Pimentel e Magalhães (2018) Na LDB nº 9.394/96, Arte passou a ser componente curricular, sendo tratada, portanto, como campo de conhecimento específico. Essa alteração ocorreu pela pressão do movimento político das Associações Estaduais de Arte/Educação, por intermédio da Federação de Arte/Educadores do Brasil – FAEB, que não mediu esforços para a permanência e

**Evento:** XXV Jornada de Pesquisa

**ODS:** 4 - Educação de qualidade

obrigatoriedade do Ensino de Arte na Educação Básica. Após várias solicitações de alteração, na atual LDB, de outras entidades interessadas, a redação da última alteração consta na Lei nº 13.415, de 2017, o Art. 26, § 2º, assim disposto: “O ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica”. E no § 6º é esclarecido que “as artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo” (Redação dada pela Lei nº 13.278/2016).

As conquistas do movimento político da Federação de Arte/Educadores do Brasil - FAEB foram/ são imprescindíveis para garantir a permanência e obrigatoriedade de Arte no currículo escolar e provocar reflexões sobre o exercício/ atuação da profissão docente na Educação Básica. Entretanto, é notório que após a aprovação e divulgação da BNCC em 2017 (Educação Infantil e Ensino Fundamental) houve/há estranhamentos em relação às orientações estruturais e pedagógicas em várias regiões do país, causando mal-estar de toda ordem.

Peres (2017) ressalta em seu artigo que, no texto da BNCC, verifica-se o foco em práticas expressivas individualizadas, com ênfase no fazer e no fruir, desconsiderando a dimensão crítica e conceitual da Arte. A Arte possui conteúdo próprio que vai além da dimensão sensível. Para Pedrosa (2011), a Arte como conhecimento importa dados sobre a cultura em que as obras de artes foram realizadas, a história da arte, os elementos e princípios formais que constituem a produção artística, pois somente as sensações, os sentimentos e as paixões não são suficientes para a promoção de um conhecimento amplo.

Ainda, segundo Peres(2017), a Arte como um componente dentro da Área de Linguagem corre o risco de se tornar apenas uma disciplina acessória que ajudará a compreender determinado conteúdo de Língua Portuguesa ou de Literatura, acarretando na negligência de seus conteúdos próprios que ajudam na reflexão e na crítica de objetos artístico-culturais situados em diversos tempos históricos e em diferentes contextos culturais. No texto da BNCC, as Linguagens Artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) são consideradas como subcomponentes do componente Arte, dando margem para interpretações equivocadas e para o retorno da famigerada polivalência, tendo como justificativa a necessidade da valorização do trabalho interdisciplinar. A leitura do texto da BNCC, no qual é discorrido sobre o Componente Curricular Arte, permite observar que a concepção de Arte presente nesse documento é de uma área de conhecimento comprometida com a ideologia dos grupos dominantes, que reduz o ensino dessa disciplina à pura expressão livre, sem a preocupação de proporcionar aos estudantes um entendimento mais consistente da forma na Arte, ou seja, os conteúdos constitutivos do processo artístico. Assim, os estudantes terão uma formação limitada que não contribuirá para compreensões críticas da Arte e da sociedade.

A impressão que se tem é que há a tentativa de esvaziar o ensino de Arte do seu teor crítico e reflexivo, para formar sujeitos dóceis e conformados. De acordo com Barbosa (2015), a Arte é um tipo de conhecimento humano no qual é possível expressar/denunciar de forma criativa os males da sociedade.

Na pesquisa de Pillotto e Silva (2013), no Brasil ainda somos regidos por um sistema disciplinar que está em constante conflito com nossas concepções sobre um currículo não linear e, sobretudo, narrativo. O currículo narrativo, segundo Goodson (2001) é aquele em que todos os envolvidos constroem conhecimentos e saberes: estudantes, professores, gestores e comunidade. Além disso, é um currículo em constante movimento que leva em conta o contexto cultural, as histórias dos seus

**Evento:** XXV Jornada de Pesquisa

**ODS:** 4 - Educação de qualidade

protagonistas, os conflitos e as tomadas de decisões do grupo.

Goodson (2001, p. 251) afirma ainda que “no novo futuro social, devemos esperar que o currículo se comprometa com as missões, paixões e propósitos que as pessoas articulam em suas vidas”. O professor de arte, numa abordagem contemporânea, provoca situações de aprendizagem, de apropriação de conteúdo/conceitos e de diálogo com a vida. Motiva a ação/reflexão, a pesquisa e a procura de novas aprendizagens.

Em sua escrita, Peres(2017) traz; Arroyo (2013) chama atenção para o fato de estarmos vivendo um período no qual há uma tentativa de “retomada conservadora”, que objetiva transformar os docentes em meros “repetidores”, ou seja, reduzidos à condição de aulistas, meros disseminadores de conteúdos do currículo. O referido autor alerta para o perigo das propostas de reorientações curriculares, nas quais o intento é ensinar para adquirir bons resultados nas avaliações e, assim, controlar o trabalho dos professores.

Como a Arte é um componente curricular que não é cobrado nos exames nacionais para mensurar o desempenho dos estudantes brasileiros, corre-se o risco dessa área do conhecimento ficar ainda mais marginalizada no currículo escolar, sendo priorizadas somente as disciplinas exigidas nessas avaliações. Isso pode acarretar a escassez de concursos específicos para professores das Linguagens Artísticas, o que afetará a procura dos cursos dessa natureza na Universidade.

Segundo Gatti e Barreto (2009), a organização dos diversos cursos de licenciatura e as suas matrículas advêm de decisões sobre o currículo da Educação Básica, empenhadas nas esferas legislativa e executiva; e reiteradas pelos Conselhos Nacionais e Estaduais de Educação. As decisões são decorrentes da disputa entre diferentes atores sociais, que pleiteiam “maior representação de determinados conhecimentos, valores, habilidades e competências no currículo” (GATTI; BARRETO, 2009, p. 68). As ideias das autoras corroboram com Goodson (2012), ao apontar que o currículo educacional é o resultado de um processo moroso de fabricação social, no qual estão presentes “conflitos, rupturas e ambiguidades” (GOODSON, 2012, p. 11).

Ainda segundo Peres (2017), se o espaço da Arte for limitado no currículo escolar, não haverá tanta necessidade de contratação de professores formados em Arte, pois estes poderão ser substituídos por profissionais de outras áreas, que, por sua vez, por não terem conhecimento específico, poderão reduzir o ensino da disciplina em mera recreação, para aliviar as tensões após as aulas das “disciplinas mais sérias”.

Pimentel e Magalhães(2018) destacam em seu artigo, no antigo documento do MEC, Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte (1998) havia recomendação para que houvesse no mínimo duas aulas semanais e que Arte estivesse presente em todos os níveis de ensino. Além dessa recomendação, havia sugestão para desenhos curriculares, o que não se observa na BNCC em vigor.

Na BNCC (2017) é ressaltado que:

Ao longo do Ensino Fundamental, os alunos devem expandir seu repertório e ampliar sua autonomia nas práticas artísticas, por meio da reflexão sensível, imaginativa e criativa sobre os conteúdos artísticos e seus elementos constitutivos e também sobre as experiências de pesquisa, intervenção e criação. [...] A progressão das aprendizagens não está proposta de forma linear, rígida ou cumulativa

**Evento:** XXV Jornada de Pesquisa

**ODS:** 4 - Educação de qualidade

com relação a cada linguagem ou objeto de conhecimento, mas propõe um movimento no qual cada nova experiência se relaciona com as anteriores e as posteriores na aprendizagem de Arte (BRASIL, BNCC, 2017, p.195).

Assim exposto, entendemos que há necessidade de garantir uma carga horária mínima e objetos de conhecimentos que possam contemplar de forma plena o processo de ensino/aprendizagem do componente curricular Arte e suas modalidades artísticas. Deixar a critério dos sistemas e redes de ensino a efetivação das aprendizagens em Arte é flexibilizar e fragilizar demais a orientação de um documento que é de obrigatoriedade nacional, e tem como objetivo a “redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros” (BRASIL, BNCC, 2017, p. 5). A contradição é clara: como promover aprendizagens em Arte que corroborem com a educação de qualidade para todos os estudantes brasileiros sem a obrigatoriedade, ao longo da Educação Básica, de uma área de conhecimento fundamental para a formação humana?

Para que haja um ensino de Arte efetivo, é inadmissível que sejam traçadas metas de modo prescritivo, como um receituário, tampouco que seja instalado um currículo que ignora as condições mínimas necessárias para o funcionamento da aprendizagem em Arte que valorize três dimensões importantes: a criação; a percepção e a contextualização histórica da Arte. Não haverá espaço para as subjetividades, para a diversidade e para a criatividade tão necessária à ação docente. Como aponta Arroyo (2013, p. 51), estamos caminhando para a construção de “um currículo e uma docência sem liberdade, sem possibilidade de ousadias criativas”.

Segundo Pimentel e Magalhães (2018), o componente curricular Arte envolve quatro modalidades artísticas que necessitam de docentes formados em suas distintas licenciaturas para atuar na Educação Básica. No entanto, rever a inserção do componente curricular Arte vinculado a área de Linguagens na BNCC requer profundas reflexões conceituais e não se muda de forma tão rápida o que foi construído anteriormente nos documentos oficiais oriundos do MEC. Não é nosso objetivo explicar neste texto se arte é ou não linguagem e quais as razões de estar inserida na referida área, apesar de entendermos que Arte deveria ser configurada em uma área específica de conhecimento.

A autonomia da área de Arte, em relação aos demais componentes da área de Linguagens, se dá pelas questões complexas com que as Artes lidam, não só na nomenclatura, mas principalmente na sua composição em modalidades que, embora tenham princípios comuns, têm variedade de linha epistemológica e paradigmas conceituais que valem a pena considerar com mais profundidade. Há que se tomar toda precaução para que não aconteça a volta à época da ditadura (1964-1984), que impôs a polivalência no ensino/aprendizagem em Arte.

Para Pimentel e Magalhães (2018), a partir da premissa de que a ação artística, seja ela a elaboração de objetos ou eventos artísticos ou o refletir sobre ou fruir esses objetos ou eventos, é também elaborar uma pedagogia, produzir uma nova forma de vida, tem-se que essa nova forma de vida é atravessada e transversalizada pela época e pelo contexto em que se vive. E isso se dá porque, além da subjetividade individual, construímos e somos parte de uma subjetividade coletiva, que é social, que nos força ao reinventar constante de nós mesmos. Cada um tem sua forma de ser, mas essa forma de ser não é sempre a mesma.

Assim, a cada produção artística estamos criando pedagogia, ou seja, estamos criando arte e formas

**Evento:** XXV Jornada de Pesquisa

**ODS:** 4 - Educação de qualidade

de aprender arte, mesmo que não se tenha consciência disso. Produzir arte, portanto, é uma ação de extrema responsabilidade para o Professor de Arte na Educação Básica, uma vez que, nas aulas, pelo fazer, fruir ou contextualizar arte, novas formas de vida e de aprendizagem são criadas, e atravessam a vida dos estudantes sob sua tutela.

Ainda segundo Pimentel e Magalhães (2018), consideramos que a integração entre as modalidades artísticas e entre elas e outros campos do saber só pode ocorrer se todas elas tiverem o mesmo valor ao se integrarem, caso contrário sempre haverá sobreposição de uma em detrimento das outras, que serão submissas e não poderão contribuir com a construção de conhecimento em seu campo específico. Integrar, portanto, significa imbricar de tal forma que novos conhecimentos possam ser construídos preservando-se a potência de cada um dos campos do saber envolvidos, não havendo o mais forte e o mais fraco, mas havendo o que um e outro tem a compartilhar. Para que isso aconteça, é necessário que o estudo de cada campo artístico seja aprofundado, sob a orientação de um especialista.

Para Pillotto e Silva (2013), perceber o mundo significa uma atitude estética, ou seja, através e pela arte podemos aprender a ver todas as coisas de uma forma diferente, superando os limites da não compreensão para uma compreensão ainda que subjetiva de nós mesmos. Nesse aprendizado existe sempre uma escolha: por onde olhamos, o que queremos ver e o que fazer com o que selecionamos, percebemos e vemos – apropriação, transformação e ressignificação. Nesse sentido, podemos pensar na apreensão do conhecimento: “nos níveis da racionalidade (argumentação/reflexão) e do sensível (emoção, intuição, percepção...). Ambos devem ser considerados nos processos de aprendizagem, pois fazem parte do contexto cotidiano e, sobretudo, da experiência humana. (PILLOTTO: 2004, p. 53). Se optarmos pela reflexão epistemológica de que arte se caracteriza pelo conhecimento, pela expressão, pela comunicação, e nessa tríade pelo movimento, é viável também a compreensão de que ciência e arte caminham muito próximas, embora cada uma delas possua natureza específica.

## Conclusão

Ao realizar a pesquisa pode-se perceber o quanto a disciplina de Arte é realmente valiosa para o campo da educação e o quanto se tem sofrido para mantê-la viva no currículo da Educação Básica. A história da disciplina de Arte no currículo escolar vem sendo permeada por transformações conceituais, epistemológicas, estruturais, políticas e pedagógicas, passando das Belas Artes às Artes Visuais, passando pela Educação Artística e pelas Artes Plásticas, a disciplina tem um caminho de busca pela sua valorização como área de conhecimento e não como um meio para revelar “dons inatos” nem simples atividade para desenvolver a criatividade e proporcionar um momento de descanso.

Considerando que o currículo e a cultura são práticas de relações sociais e, embora submetidos a normatizações e regulamentos, e que a Arte passa a ser um espaço de produção e criação de significados e de relações sociais, dessa forma torna-se uma luta constante para que realmente ela permaneça como área do conhecimento.

O exercício da Arte é realizado para além de formas tradicionais, e o reconhecimento, reafirma as relações do currículo com a cultura, vinculados às atividades de produção de sentido e significado, para podermos legitimar as ações didático pedagógicas do ensino da Arte na contemporaneidade e seu legado para um futuro mais criativo. O desenvolvimento da disciplina Arte na escola formal

**Evento:** XXV Jornada de Pesquisa

**ODS:** 4 - Educação de qualidade

se deu e continua se dando por meio de lutas políticas, nas quais são negociados sentidos, espaços, tempos e valores que se refletem fortemente nas práticas e nas teorias do ensino de artes. Apesar das grandes conquistas dos arte educadores, ainda há tensões e conflitos entre a arte e a educação e cabe a nós continuar nesta luta. Pensar o ensino da Arte é considerar os sujeitos, os lugares, as culturas, as identidades e criar laços de pertencimento.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Dirce Helena. Os desafios da arte nos currículos das escolas de educação básica: Pertencimentos. Revista Rascunhos, Uberlândia, v.4 n.2, p.33-45. Julho 2017.

DAMIANO, GA e MOREIRA, T. Arte do ensino fundamental: corpo (reidade), currículo fragmentado, polivalência e equipe multiartística. Revista Lusófona de Educação. Ed, 18, p.125-140. 2011.

JÚNIOR, MS e GALVÃO, AMO. Histórias das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões\*. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.3, p.391-408. Set/dez 2005.

PERES, José Roberto Pereira. Questões atuais do ensino de arte no Brasil: o lugar da arte na base comum curricular. Revista departamentos de desenhos e artes visuais, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.24-36. 2017.

PILLOTTO, SSD e SILVA, CC. O portfólio: narrativas de aprendizagem em arte na educação básica. Revista de Letras, Arte e Comunicações. Blumenau, v.7, n.3, p.206-217. Set/dez 2013.

PILLOTTO, SSD e VOIGT, JMR. Políticas de avaliações na educação básica e seus desdobramentos na disciplina de Arte. Revista Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.11, n. 3, p. 757-774. Set/dez 2016.

PIMENTEL, LG e MAGALHÃES, ADTV. Docência em Arte no contexto da BNCC: é preciso reinventar o ensino/aprendizagem em arte? Revista GEARTE, Porto Alegre, v.5, n.2, p.220-231. Mai/ago 2018.

RODRIGUES, Carla Cunha. Sobre tempos e lugares da arte no currículo escolar brasileiro. Revista Espaço do currículo, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.69-80. Janeiro/abril 2013.

**Parecer CEUA:** 640.285